

Os conselhos na revolução alemã de 1918/19

Isabel Loureiro*

O historiador alemão H. A. Winkler, no seu último livro,¹ defende a tese de que em 1990, com a reunificação, a Alemanha finalmente abandonou o “*Sonderweg*” (caminho particular) para entrar no círculo das democracias ocidentais, no que denominou – título alemão do livro – de “longo caminho para o ocidente”. A pergunta crucial que os historiadores alemães procuraram responder depois da 2ª Guerra Mundial era como tinha sido possível a chegada de Hitler ao poder e se o caminho da catástrofe poderia ter sido evitado. Uma das pesquisas mais esclarecedoras e exaustivas, no sentido de responder a essas questões, feita a partir dos anos 1960 por historiadores como E. Kolb e o próprio Winkler, diz respeito ao papel dos conselhos na revolução alemã de 1918/19 (*Novemberrevolution*). Ela mostra com base na análise de amplas fontes primárias que a ascensão de Hitler poderia ter sido evitada, apesar das peculiaridades da formação social alemã.

Como já apontava Marx em 1843, a Alemanha, pela sua peculiar configuração histórica (o tema do atraso alemão, fonte de uma literatura inesgotável que começa no séc. XVIII) era o país das restaurações sem revolução. Fórmulas como “modernização conservadora” (Barrington Moore Jr.), “via prussiana” (Lênin, Lukács) buscaram traduzir o caminho particular da sociedade alemã rumo à modernidade, feito pelo alto, numa aliança entre burguesia industrial e nobres proprietários de terra, que Marx traduziu de maneira epigramática na seguinte passagem da *Crítica do Programa de Gotha* (1875): “um Estado que não passa de um despotismo militar, com uma armadura burocrática e blindagem policial, adornado de formas parlamentares, com misturas de elementos feudais e de influências burguesas”. Essa via rumo à modernização capitalista excluía politicamente as classes subalternas, apesar do gigantesco desenvolvimento industrial do país nas últimas décadas do séc. XIX, e do correspondente crescimento da social-democracia alemã, o partido operário mais importante do mundo.

* Presidente da Fundação Rosa Luxemburg no Brasil; professora aposentada do Dep.de Filosofia da UNESP/Marília.

¹ A tradução francesa tem o seguinte título: *Histoire de l'Allemagne, XIXe-XXe siècle – Le long chemin vers l'Occident*. Paris: Fayard, 2005.

Assim como na frustrada revolução de 1848, em 1918-1923 as forças populares foram derrotadas pelo “partido da ordem”, derrota que acabou tornando anêmica a própria República, de tal sorte que sua liquidação era apenas uma questão de tempo. Minha “tese”,² trocada em miúdos, é que a República não se enraizou nesse país de “modernização conservadora” justamente porque a democracia radical corporificada nos conselhos de operários e soldados, criados espontaneamente no início da revolução, foi liquidada pelas lideranças conservadoras do movimento operário, em particular pela social-democracia, cujos símbolos maiores eram nesse momento os social-democratas Ebert e Noske.

A história que vou contar é típica de países de “desenvolvimento desigual e combinado”, que ao fazer economia da revolução democrático-burguesa, preservaram o poder das velhas elites autoritárias. No caso da Alemanha esse poder poderia ter sido quebrado em 1918/19, com a aliança entre a social-democracia no poder e a vontade das massas populares que se manifestava nos conselhos. Tal aliança poderia ao menos ter lançado os alicerces da República democrática, uma vez que a revolução socialista não estava na ordem do dia, independentemente do que pensava a extrema-esquerda na época. Como é impossível no tempo de que disponho fazer uma exposição de todo esse período histórico e da acirrada luta de classes que opôs revolução e contra-revolução, vou me limitar a analisar a trajetória da força político-social mais importante no início da revolução, os conselhos de operários e soldados, na tentativa de mostrar o seu *papel real* e sua relação com o campo da esquerda na Alemanha do imediato pós-1ª Guerra Mundial.

Entretanto, gostaria de enfatizar que para além do interesse estritamente historiográfico desta apresentação, há uma outra razão – mais propriamente política – para voltarmos novamente ao tema dos conselhos (*Räte*). Um marxista heterodoxo como Herbert Marcuse, para quem compreender as causas da derrota da revolução socialista no ocidente foi o eixo em torno do qual se estruturou seu pensamento, sempre viu nos conselhos a mais importante criação da revolução alemã, uma conquista a ser preservada por uma sociedade *efetivamente* democrática. Também Hannah Arendt, que está longe de ser marxista, considerou os conselhos o “tesouro perdido” de todas as revoluções. Não por acaso, para a oposição de esquerda ao stalinismo no decorrer do séc. XX, os conselhos, aliados ao ideário socialista democrático de Rosa Luxemburg,

² Minha interpretação da revolução alemã segue a vertente historiográfica dominante na Alemanha hoje, cujos maiores representantes são E. Kolb e H. A. Winkler.

funcionavam como uma espécie de senha de resistência ao comunismo burocrático. Assim sendo é meu objetivo, a partir da história dos conselhos alemães, fazer algumas reflexões que contribuam para uma política de esquerda hoje.

Conselhos e partidos

Falar em conselhos significa falar em democracia direta, ou democracia radical (contra a democracia representativa). A primeira vez que os conselhos como forma política de organização democrática das classes subalternas surgiu no ocidente foi com a Comuna de Paris de 1871. Era uma tentativa de superar a crise do Estado moderno decorrente das desigualdades da ordem capitalista e da pouca influência dos indivíduos nas decisões que os afetavam. Os conselhos visavam criar uma nova forma de soberania popular e assim pretendiam substituir (ou complementar) o Estado de direito burguês (com sua separação dos poderes) por um novo princípio estatal. Numa democracia conselhistas o povo se organiza de baixo para cima em pequenas unidades: fábricas, comunidades, bairros, escolas, etc. que foi o que se viu p.ex., por um curto espaço de tempo, em Munique.

Um dos traços que H. Arendt mais valoriza nos conselhos alemães é que os representantes eleitos eram depositários da “confiança dos seus iguais, e esta igualdade não era natural, mas política, não era nada com que tivessem nascido; era a igualdade daqueles que se tinham arriscado e estavam agora empenhados num mesmo empreendimento” (p.274). Como sabemos, os representantes nos conselhos eram eleitos para cumprir tarefas precisas e seu mandato era imperativo, ou seja, podia ser revogado a qualquer momento. A idéia é que o controle dos representantes pelos representados impediria a criação de uma casta de políticos autônoma, a burocracia e a corrupção.

Os conselhos sempre surgiram em momentos de ruptura da ordem estabelecida. Assim foi com a revolução russa de 1905, com a de 1917, e com a revolução alemã de 1918. Os conselhos alemães foram em grande parte criação espontânea dos trabalhadores alemães, surgiram de forma improvisada, independentemente de iniciativas partidárias, como expressão da auto-organização das massas e representavam o movimento no seu conjunto. Eram na maioria compostos por social-democratas majoritários e independentes,³ e muitos conselhos de soldados elegiam até mesmo representantes oriundos da burguesia.

³ São chamados majoritários os membros do Partido Social-Democrata Alemão (SPD), liderado por Ebert, e independentes os membros do Partido Social-Democrata Independente (USPD), formado em

Na medida em que eram dominados por uma maioria de social-democratas moderados e de sindicalistas, os conselhos não se viam como adversários, e sim como administradores do governo de coalizão SPD/USPD, lutando por uma genérica política socialista e para destruir o Estado autoritário. Embora nas primeiras semanas da revolução tivessem o poder político e militar, não souberam utilizá-lo para pôr em prática suas reivindicações sociais e políticas, tais como: reforma do exército, socialização das indústrias “maduras para isso” (minas, sobretudo), “democratização da administração”, isto é, ocupação de altos cargos administrativos por partidários do novo governo. Ficaram à espera de que o governo dos Comissários do Povo tomasse a iniciativa das reformas, porque viam como sua tarefa principal manter a ordem e a segurança públicas, reprimir a contra-revolução, assegurar o abastecimento do país e a desmobilização do exército.⁴ Nessas primeiras semanas os conselhos exerceram o poder sob a forma de um maior ou menor controle sobre os funcionários civis e militares, o que freqüentemente acarretou tensões entre conselhos e governos locais. Essas tensões decorriam antes da falta de clareza no tocante às atribuições de cada órgão do que do desejo dos funcionários dos conselhos de se oporem ao governo.

Os conselhos chegaram a ser oficialmente reconhecidos, o que poderia ter dado início à sua institucionalização. Tal não aconteceu porque nesses dois meses a grande maioria dos seus membros não os via como instituições duradouras, mas apenas como fenômenos transitórios que dariam lugar à República parlamentar, encarada como a mais importante “conquista” da revolução. É fato sobejamente conhecido que a grande maioria dos membros dos conselhos não queria uma ruptura radical; seu programa não era a revolução socialista, a ditadura do proletariado, a continuidade da revolução. Seus objetivos eram extremamente moderados, como mostra o resultado do 1º Congresso Nacional dos Conselhos de Operários e Soldados, de que falarei a seguir.

Qual era a posição dos partidos de esquerda em relação aos conselhos? Os spartakistas, liderados por Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht, defendiam a palavra de

abril de 1917, após a expulsão do grupo de oposição à política de apoio à guerra por parte do SPD. Com a queda da monarquia em novembro de 1918, os dois partidos formam um governo de coalizão, em que o poder executivo fica a cargo de um Conselho dos Comissários do Povo (*Rat der Volksbeauftragten*), que durará até dezembro desse ano, quando, por divergências políticas cada vez mais profundas, os independentes rompem com os majoritários. A Liga Spartakus é uma tendência dentro do USPD, até que por sua vez as diferenças entre spartakistas e independentes levam os primeiros a fundarem, no final de 1918, junto com os “radicais” de Bremen, o Partido Comunista Alemão (KPD). Os spartakistas ficam na oposição ao governo.

⁴ KOLB, E. Arbeiter-und Soldatenräte in der deutschen Revolution. In: SALEWSKI, M. (Org.) *Die deutschen und die Revolution*. Göttingen/Zurique: Muster-Schmidt Verlag, 1984, p.311-2.

ordem de “todo poder aos conselhos”, junto com a ala esquerda do USPD, mas eram minoria. A ala direita do USPD era favorável à Assembléia Constituinte, porém defendia o adiamento das eleições para que nesse tempo se assentassem as bases de uma democracia social, a partir de reformas estruturais. O SPD, por sua vez, via os conselhos como órgãos transitórios que deviam ceder lugar o mais rápido possível à Assembléia Constituinte, única fonte do poder legítimo. O objetivo primeiro da social-democracia era manter a ordem a todo custo; ela identificava conselhos com baderna e fez de tudo para liquidá-los. A burguesia e os sindicatos também se opunham aos conselhos e à revolução. Em resumo, uma República conselhistas não estava na ordem do dia em novembro de 1918, porque todas as forças políticas relevantes eram favoráveis às eleições para a Assembléia Nacional Constituinte. Esta acabou sendo a posição vencedora.

O golpe de misericórdia nos conselhos, nesse primeiro momento, foi dado por eles mesmos. No 1º Congresso Nacional dos Conselhos de Operários e Soldados, realizado em Berlim em meados de dezembro de 1918, por 344 votos a 98, foi rejeitada a moção de manter o sistema conselhistas “como fundamento da Constituição da República socialista”, e também a proposta de dar aos conselhos o mais alto poder legislativo e executivo. O escritor Ernst Toller (ala esquerda do USPD), membro da República conselhistas da Baviera, disse com razão que com essa decisão “A República pronunciara sua própria sentença de morte”.⁵ Para ele e para a esquerda de maneira geral, os conselhos representavam de fato a possibilidade de criar na prática uma democracia popular, fortemente enraizada, que teria forças para se opor à extrema-direita.

No entanto, apesar desse suicídio político (que Rosa Luxemburg criticou veementemente em alguns artigos na *Rote Fahne*) – e isto é central na minha argumentação – o próprio Congresso fez reivindicações democráticas, tais como eleição dos oficiais e nacionalização das fábricas. Ou seja, os representantes dos conselhos de toda a Alemanha defendiam a democratização do exército (um ponto muito sensível para os soldados que tinham suportado durante quatro anos os arrogantes oficiais prussianos), da administração e da economia. Em suma, os conselhos esperavam medidas do governo federal e dos governos locais no sentido de impedir que os setores

⁵ TOLLER, E. *Ein Jugend in Deutschland* (1933). Munique: Rowohlt, 1990, p.83.

reacionários da sociedade se fortalecessem novamente. Evidentemente os majoritários engavetaram essas reivindicações democráticas, e a história se vingou deles mais tarde.

A situação em Berlim se radicalizou rapidamente durante o mês de dezembro de 1918. Uma revolta de marinheiros no Natal, duramente reprimida (mas que mesmo assim é vitoriosa com o apoio da população) foi o pretexto para os independentes saírem do governo, que se tornou um governo exclusivamente dos social-democratas de direita, apoiado pelos ministros burgueses e pela burocracia. No final de dezembro, a extrema-esquerda saiu do USPD e fundou o KPD. Este, sofrendo desde o início de um radicalismo inconseqüente (contra a vontade de dirigentes lúcidos como Rosa Luxemburg e Paul Levi), se recusou a participar das eleições para a Assembléia Constituinte. O resultado desse “esquerdismo infantil” foi o isolamento dos comunistas em relação às massas trabalhadoras.

Começou então a fase radical da revolução (considerada por muitos historiadores como a verdadeira revolução alemã), fruto da desilusão com a timidez do processo revolucionário, e não porque a Alemanha estava, desde a queda da monarquia, às portas do bolchevismo.

Na primeira semana de janeiro ocorreu em Berlim o que ficou conhecido como “insurreição de janeiro”, ou “insurreição spartakista”. Esta denominação não é muito adequada uma vez que a maioria da direção spartakista (agora comunista) se posicionou contra o que considerava um levante prematuro, condenado ao fracasso. Os trabalhadores de Berlim não estavam dispostos a pegar em armas, apenas a fazer manifestações e reivindicavam a “unidade” de todas as correntes socialistas, ou seja, se opunham à derrubada do governo social-democrata. Este aproveitou a falta de coordenação e a perplexidade dos revolucionários para desencadear uma repressão brutal. O social-democrata Gustav Noske (que se considerava a si mesmo com orgulho o *Bluthund* – carniceiro sanguinário), comissário da defesa, entrou em Berlim à frente dos corpos francos (*Freikorps*), forças paramilitares extremamente violentas formadas por oficiais conservadores e monarquistas, inimigos não só da revolução como da República. As lideranças comunistas foram assassinadas friamente: Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht no dia 15 de janeiro, Leo Jogiches em março. O KPD foi decapitado de seus líderes mais importantes, o que provocou na esquerda uma cisão insuperável.

A indescritível violência das forças da ordem contra os revolucionários se traduziu numa radicalização crescente dos trabalhadores também em outras regiões da Alemanha. O período que vai de janeiro a abril/maio de 1919 foi muito mais conflituoso

que o de novembro/dezembro de 1918. Greves (em Berlim uma greve geral em março é brutalmente reprimida, centenas de trabalhadores perdem a vida), repúblicas conselhistas de curta duração (Bremen, Munique), ocupação de jornais, prédios públicos, fábricas, enfrentamentos armados. Agora predominavam as idéias radicais visando uma mudança profunda no sistema político e econômico.

A história da revolução alemã, de novembro de 1918 até a derrota do putsch de Kapp (março de 1920) foi uma história de lutas, mais ou menos espontâneas, em que o grande protagonista foram as massas trabalhadoras organizadas nos conselhos. A partir de 1921 o panorama mudou: as grandes massas deram lugar a um ator principal, o Partido Comunista que, dilacerado por lutas fratricidas e submetido às exigências da Internacional Comunista (IC) fundada em março de 1919, embarcou em duas tentativas frustradas de tomada do poder (“ação de março” de 1921, “outubro alemão” de 1923), cujo resultado foi levá-lo ao isolamento.

De 1921 a 1923 assistiu-se ao estertor da revolução. Os conselhos saíram de cena (embora tenham tido uma ressurreição meteórica em março de 1920, por ocasião da resistência ao putsch de Kapp). Os poderes que lhes tinham sido concedidos em novembro de 1918 foram sendo paulatinamente restringidos e acabaram suprimidos na nova Constituição, promulgada em agosto de 1919. A falta de ousadia dos constituintes, refletindo o compromisso entre as classes característico do governo de coalizão, fez com que ignorassem a criação mais original da revolução de novembro, os conselhos operários, limitando-se a uma pequena menção à co-gestão operária no quadro de conselhos econômicos.

Desde fevereiro de 1920, o artigo 165 da Constituição, que previa a participação dos trabalhadores nas decisões através de um sistema escalonado de conselhos, foi concretizado pela lei sobre os conselhos de fábrica (*Betriebsräte*). Esta lei gerou insatisfação tanto do lado dos patrões, que julgavam excessivo o nível de co-gestão, quanto do lado da esquerda radical, que o considerava insuficiente. Os direitos concedidos aos representantes dos trabalhadores nos conselhos de fábrica eram de fato muito modestos. Apesar disso, os conselhos de fábrica animados pelos comunistas desempenharam um papel relevante no verão de 1923, funcionando ao mesmo tempo como órgãos de poder e como defensores dos direitos dos trabalhadores no *local de trabalho*.

Mas o fato é que os conselhos como nova forma de poder estatal, reivindicação dos comunistas influenciados pela Revolução Russa, ou com funções de controle de

toda a vida pública, como o moderado Kurt Eisner tentou implantar na Baviera, eram apenas uma lembrança no “ano terrível” de 1923.

Em janeiro de 1923, a ocupação militar da região do Ruhr por forças militares franco-belgas, sob pretexto de garantir a extração e o fornecimento de carvão como pagamento pelas reparações impostas pelo Tratado de Versalhes levou à exacerbação dos sentimentos nacionalistas. Inflação galopante até 1924 (em 1914 um dólar valia 4,20 marcos, em novembro de 1923, 8 milhões de marcos), miséria, desemprego, assassinatos de figuras políticas proeminentes por membros de organizações nacionalistas de direita – eis o pano de fundo confuso e violento em que cresciam as forças de direita.

O KPD depois do fracasso do “outubro alemão” perdeu uma grande parte de seus membros, tanto que nos anos 1924-1930 deixou de ser uma força política importante. Em contrapartida, as provocações de direita contra a República só temporariamente tinham sido derrotadas. Ficou claro no final de 1923 que a repressão contra as insurreições de direita (como a de Hitler em novembro de 1923 na Baviera) era muito menor que contra as de esquerda, que a contínua agitação dos grupos de direita contra a “República de novembro” mostrava que a República estava assentada numa base muito precária.

Para concluir vou me ater a duas questões, a primeira relativa à historiografia, a segunda ao debate político contemporâneo:

1. A interpretação da revolução alemã hoje hegemônica mostra que a Alemanha (tanto no início da revolução quanto depois) não estava à beira do bolchevismo, e que os majoritários tinham uma margem de manobra muito maior do que fazia supor a alternativa bolchevização da Alemanha *ou* construção da democracia parlamentar por meio da aliança entre social-democracia e elites tradicionais.⁶ O governo oriundo da revolução poderia ter dado os primeiros passos para uma socialização das minas, e poderia ter utilizado o potencial dos conselhos a favor de uma reforma política social-democrata.

⁶ Tanto a interpretação liberal-democrática, vigente na Alemanha ocidental depois de 1945, quanto a marxista-leninista na antiga RDA, embora com sinais trocados, defendiam a idéia de que em 1918 a Alemanha enfrentava a alternativa bolchevismo ou democracia parlamentar. A primeira via positivamente a política conservadora de Ebert que, supostamente, teria livrado o país da ditadura bolchevique, enquanto a segunda tachava de “traidora” a liderança social-democrata, considerando os spartakistas-comunistas como os únicos verdadeiros revolucionários.

Porém a direção do SPD recusou-se a seguir esse caminho, não porque houvesse uma pressão muito forte das velhas elites, mas porque confiava na lealdade delas em relação ao novo poder. E também porque tinha um pé-atrás em relação ao movimento espontâneo das massas populares – um movimento que, como vimos, não era radical no começo e que se movia no interior do próprio programa social-democrata. O resultado desse comportamento medroso e sem criatividade foi que aquilo que tinha começado em novembro de 1918 como um movimento popular democrático, acabou no primeiro semestre de 1919 em radicalização e resignação. O período que vai de 1921 a 1923, pontuado pelas tentativas de golpe do KPD, é apenas um desdobramento desse percurso: as grandes massas saíram de cena, e foram substituídas pelo Partido Comunista.

O alvo desta interpretação são os dirigentes do SPD (sobretudo Ebert), porém é uma crítica diferente da dos historiadores marxistas-leninistas, que acusam os social-democratas de “traição”. Ela não censura os dirigentes social-democratas majoritários por não terem trabalhado para estabelecer a ditadura do proletariado, que eles rejeitavam abertamente, ou por não terem adotado a perspectiva revolucionária de Lênin. A crítica não é externa, mas interna, e mostra que o SPD não quis, com os meios e com a margem de manobra de que dispunha, nem sequer realizar o seu próprio programa.

É nesse sentido que Sebastian Haffner se refere à revolução alemã como uma revolução “traída”. 1918 era uma revolução social-democrata, que foi “sufocada no seu sangue, não pelos príncipes e monarcas que derrubou, e sim pelos seus próprios dirigentes que ela, cheia de confiança, levou ao poder.” Pelo lado negativo ela garantiu a Ebert e a Noske a imortalidade. Afinal foram os primeiros numa longa trajetória de partidos de esquerda a terem “esquecido” o programa socialista em nome da lei e da ordem.

Mas como reconhece Haffner, os dois líderes do SPD não eram patifes, e sim homens honestos que reprimiram a revolução por amor à ordem, por acreditarem agir pelo bem da pátria. Esse amor à ordem continha um elemento psicológico que não deve ser desprezado. Homens simples que eram, oriundos do proletariado, sentiam orgulho por passarem a ser tratados com familiaridade pelo Kaiser, por Hindenburg, antes temidos e invejados. Isso fez nascer neles um sentimento de lealdade com as velhas elites que os levou a sacrificar alegremente os antigos companheiros.

O preço pago pelo povo alemão foi muito alto, incluindo a burguesia que se regozijara com a derrota da revolução. Veio o 3º Reich, uma nova guerra mundial, uma segunda e maior derrota, a perda da unidade nacional e da soberania. E tudo isso estava contido em germe na contra-revolução que os líderes social-democratas provocaram.

2. Se é verdade que os conselhos sempre surgiram em momentos de ruptura da ordem vigente, de que serviria evocá-los num momento de afirmação crescente do capital e, por conseguinte, de refluxo do movimento de massas? Vivemos numa época em a concentração do poder militar, político, cultural e científico nas mãos dos EUA dificulta muito a construção de forças de oposição. Mas precisamente essa tendência violenta que procura subjugar todas as esferas não-capitalistas e integrá-las na valorização direta do capital leva ao conflito aberto com os movimentos sociais de resistência à globalização para os quais a democracia burguesa, entre outras coisas, não passa de ideologia legitimadora da política imperialista dos EUA.

Nesses movimentos, das mais diversas maneiras, há um ceticismo generalizado em relação à democracia burguesa, e em relação à idéia de que bastam regulamentações institucionais para que se crie nos indivíduos um comportamento democrático. Fica cada vez mais claro que este só pode resultar da participação direta nos assuntos públicos, justamente o que os conselhos garantiam, com suas assembleias, espaço público de discussão e de tomada de decisões diretamente pelos envolvidos. Num momento de crise da idéia de democracia parlamentar, sempre é salutar lembrar antigas experiências de democracia radical.

Rosa Luxemburg (e também Kurt Eisner) pensava que os conselhos eram um meio de educar politicamente as massas, na medida em que funcionam com a participação direta das bases. Para ela, assim como para os movimentos sociais de nossa época, é da participação dos de baixo – da *experiência* das massas populares – que vem a esperança de transformar o mundo. A mudança social não está reservada apenas aos políticos profissionais, nem sequer os de partidos de esquerda. Por isso os movimentos sociais são partidários da ação direta, não ficam à espera de soluções parlamentares; eles sabem que os representantes eleitos para o parlamento fazem parte de uma estrutura de poder cooptada pelo capital. A política parlamentar só dá voz aos interesses populares quando forçada em épocas de intensa mobilização coletiva. Quando, contra o vírus do parlamentarismo que se propagava na social-democracia alemã, Rosa Luxemburg adotava o verso do Fausto, “no princípio era a ação”, ela revelava um profundo e

acertado ceticismo em relação à possibilidade de os mecanismos parlamentares por si só conquistarem e preservarem direitos de quem não possui capital. Subverter a base do edifício requer superar a separação entre política e vida social, ir além da política vista como atividade especializada de profissionais, tal como ocorreu na experiência fugaz dos conselhos na Alemanha.

Em função disso, a satisfação de H. A. Winkler em relação à entrada da Alemanha na normalidade européia precisa ser vista com distanciamento. Se, por um lado, é perfeitamente compreensível que a experiência do nazismo torne desejável, por parte dos alemães, a aceitação dos valores democrático-parlamentares, por outro essa posição acrítica parece transformar em modelo justamente o que está sendo questionado, com razão, pelos movimentos sociais contemporâneos – a democracia parlamentar como máscara da acumulação do capital.